



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

SG

Tramitado em Sessão

INDICAÇÃO Nº 1473/2017

Assunto: Instituição de Programa de Incentivo ao Uso de Energia Solar nas edificações urbanas e sua instalação nos prédios públicos municipais.

INDICAMOS ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Jacareí, Doutor Izaías José de Santana, sejam tomadas as providências cabíveis visando instituição de Programa de Incentivo ao Uso de Energia Solar nas edificações urbanas e sua instalação nos prédios públicos municipais.

Ao contrário dos combustíveis fósseis, a energia solar é praticamente inesgotável, não emite carbono e é grátis.

No Brasil, entre os vários processos de aproveitamento da energia solar, os mais usados atualmente são o aquecimento de água e a geração fotovoltaica de energia elétrica.

O Ministério das Minas e Energia através da Portaria nº 538, de 15 de dezembro de 2015, criou o Programa de Desenvolvimento da Geração Distribuída de Energia Elétrica - ProGD e editou normas para incentivo da geração de energia a partir de placas solares dentro das unidades consumidoras, que possa ser compartilhada com o sistema das distribuidoras de energia.

O potencial de investimentos previsto pelos órgãos oficiais e iniciativa privada é de R\$ 100 bilhões nessas tecnologias e que 2,7 milhões de unidades consumidoras poderão aderir ao programa até 2030.

O uso da radiação solar como energia de aquecimento é conhecido como aquecimento solar térmico. Não deve ser confundido com o fotovoltaico, que é a produção de eletricidade usando a luz solar. As enormes oportunidades de utilização da energia solar são há muito conhecidas: as nossas tecnologias têm provado o seu valor ao longo de muitos anos.

Entre os inúmeros benefícios do aquecimento solar, temos:

- 1- Quantidades inesgotáveis de energia grátis;
- 2- Sem emissões de CO₂ no funcionamento;
- 3- Redução no consumo de combustíveis fósseis;
- 4- Os sistemas solares podem ser integrados em sistemas existentes;
- 5- Os sistemas modernos são eficientes mesmo no inverno;



Indicação nº 1473/2017 - fls. 2/6

As primeiras obrigações solares térmicas no mundo já estão em vigor há mais de 30 anos. Estas obrigações em geral se constituem de disposições e normativas legais que impõe a instalação de sistemas de aquecimento solar nas edificações urbanas.

A obrigação está geralmente ligada à construção de novas construções ou de obras de reforma e, portanto, é de responsabilidade dos construtores e dos usuários assegurar e garantir que o sistema de aquecimento solar seja instalado de acordo com os requisitos técnicos específicos que costumam variar de legislação para legislação.

O número de cidades, regiões e países que estão lançando mão das obrigações solares vem crescendo a cada ano e hoje mais de 150 milhões de pessoas na Europa vivem em regiões onde sistema solar térmico e fotovoltaico é um item obrigatório nas novas edificações.

Fora da Europa, as obrigações solares também vêm se disseminando como por exemplo no Uruguai, México, cidades da China, etc.

Em nosso inconsciente, o termo obrigação nem sempre é bem-vindo, mas é importante lembrar que hoje na forma como se projetam nossas casas e edifícios nós somos literalmente obrigados a utilizar a energia elétrica ou o gás, dois energéticos muito importantes, mas que não deveriam ser destinados ao aquecimento integral de água em nosso país, onde o Sol é tão abundante e disponível.

O Sol no Brasil, com a tecnologia já disponível, pode prover mais de 70% das necessidades anuais de água quente das edificações.

O aquecimento solar pode desempenhar um papel chave na redução das emissões dos gases de efeito estufa, na maior disponibilização da matriz de energia elétrica brasileira e principalmente na melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos.

Cabe lembrar que a energia solar térmica tem uma relação custo-benefício comprovada, sendo amplamente utilizada no mundo, onde mais de 280 milhões de metros quadrados de coletores solares já estão instalados.

Alguns outros argumentos convincentes para que nenhum edifício seja construído sem a energia solar térmica e fotovoltaica:

- a energia solar é inesgotável e facilmente disponível; o calor é produzido livre de emissões e no local de sua utilização (geração distribuída);
- os coletores solares podem ser esteticamente integrados à edificação e facilitam o conceito de planejamento urbano sustentável;
- a energia solar gera segurança no abastecimento de energia, novos empregos verdes e crescimento econômico;



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

SG

Indicação nº 1473/2017 - fls. 3/6

- podem ser utilizados aparelhos eletrônicos que trazem bem estar às pessoas e que hoje tem preço proibitivo para a maioria das pessoas, em razão do alto custo da energia elétrica, tais como ar condicionado, aquecedores, lava-louças, chuveiros e outros.

ISTO POSTO, INDICA ao Sr. Prefeito Municipal a elaboração de projeto de lei, propondo as seguintes diretrizes:

1- Programa de instalação da energia solar térmica e fotovoltaica nos prédios públicos municipais.

2- Programa de Incentivo ao Uso de Energia Solar nas Edificações Urbanas, pelos imóveis públicos e privados.

3- Programa de Incentivo ao Uso de Energia Solar nas Edificações Urbanas como objetivo à promoção de medidas necessárias ao fomento do uso e ao desenvolvimento tecnológico de sistemas de aproveitamento de energia solar, bem como ao estímulo e conscientização, da população e empreendedores, sobre os benefícios do uso da energia solar.

4- Que os equipamentos a serem utilizados para a instalação do Sistema de Captação de Energia Solar deverão ter certificação do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial).

5- Que nos processos de licitação, para construção ou reforma de próprios públicos, o Executivo Municipal possa exigir das empresas licitantes a implantação do sistema de aproveitamento de energia solar.

Desta forma, cordialmente acionamos a Administração Municipal e agradecemos por seu empenho para que a situação seja devidamente considerada e atendida.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2017.

DRA. MÁRCIA SANTOS

Vereadora - PV

2ª Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

SG

Indicação nº 1473/2017 - fls. 4/6



Ministério de Minas e Energia Consultoria Jurídica

PORTARIA Nº 538, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e nos arts. 14 e 15, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e o que consta do Processo nº 48000.001931/2015-46, resolve:

Art. 1º Criar o Programa de Desenvolvimento da Geração Distribuída de Energia Elétrica - ProGD, com os seguintes objetivos:

I - promover a ampliação da geração distribuída de energia elétrica, com base em fontes renováveis e cogeração;

II - incentivar a implantação de geração distribuída em:

- a) edificações públicas, tais como escolas, universidades e hospitais; e
- b) edificações comerciais, industriais e residenciais.

Art. 2º O ProGD compreende a geração distribuída dos sistemas elencados a seguir:

I - geração distribuída de que trata o art. 2º, § 8º, alínea "a", da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, observado o disposto nos arts. 14, 15, §§ 3º e 4º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; e

II - microgeração e minigeração distribuída, definida conforme regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º Para a geração distribuída prevista no art. 2º, inciso I, ficam estabelecidos os Valores Anuais de Referência Específicos - VRES, de acordo com o disposto no art. 2º-B da Lei nº 10.848, de 2004, para as seguintes fontes:

I - solar fotovoltaica, no valor de R\$ 454,00/MWh (quatrocentos e cinquenta e quatro Reais por megawatt-hora); e

II - cogeração a gás natural, no valor de R\$ 329,00/MWh (trezentos e vinte e nove Reais por megawatt-hora).

§ 1º Os Valores Anuais de Referência Específicos - VRES definidos no **caput** são aplicáveis somente a empreendimentos de geração distribuída que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - estejam conectados à rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras; e

II - tenham capacidade instalada menor ou igual à potência disponibilizada para a unidade consumidora por meio da qual o empreendimento está conectado, definida conforme regulação da ANEEL, limitada, no máximo, a 30 MW.

§ 2º Os agentes vendedores de empreendimentos de geração distribuída farão jus somente à receita de venda referente, exclusivamente, à geração proveniente do empreendimento verificada no ponto de conexão.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

SG

Indicação nº 1473/2017 - fls. 5/6

Portaria MME nº 538, de 15 de dezembro de 2015 - fl. 2

§ 3º Os valores definidos no caput são referenciados a preços de dezembro de 2015 e deverão vigorar a partir de 1º de janeiro de 2016, sendo atualizados anualmente, durante a vigência do contrato, conforme disposto a seguir:

I - para fonte solar fotovoltaica, atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; e

II - para cogeração a gás natural, atualização definida com aplicação da seguinte fórmula:

$$VRES_{t+1} = (1 + \alpha * \Delta IPCA + (1 - \alpha) * \Delta \text{tarifa de gás}) * VRES_t$$

Onde:

$VRES_{t+1}$: Valor Anual de Referência Específico - VRES atualizado;

α : parcela da atualização do Valor Anual de Referência Específico - VRES atrelada ao IPCA, definido pelo empreendedor na chamada pública da distribuidora e compreendido no intervalo entre 0 e 1, inclusive;

$\Delta IPCA$: variação do IPCA dos doze meses anteriores ao mês de atualização do VRES;

$\Delta \text{tarifa de gás}$: variação da tarifa de gás natural vigente para o empreendimento de cogeração dos doze meses anteriores ao mês de atualização do VRES; e

$VRES_t$: Valor Anual de Referência Específico - VRES corrente.

§ 5º A contratação de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração distribuída, de que trata o caput, deve utilizar modelos de contratos a serem elaborados pela ANEEL.

§ 6º O Ministério de Minas e Energia publicará, em 2016, os Valores Anuais de Referência Específicos - VRES, a serem calculados pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, para demais fontes de geração distribuída.

Art. 4º Instituir Grupo de Trabalho, no âmbito do ProGD, para atender aos objetivos previstos no art. 1º.

§ 1º O Grupo de Trabalho previsto no caput será composto por representantes, titulares e suplentes, dos Órgãos e Entidades abaixo indicados, na seguinte forma:

I - cinco representantes do Ministério de Minas e Energia, ao qual caberá a indicação do coordenador do Grupo de Trabalho;

II - dois representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

III - dois representantes da Empresa de Pesquisa Energética - EPE;

IV - dois representantes do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL; e

V - dois representantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

§ 2º O prazo para conclusão dos trabalhos será de noventa dias, contados da data de instalação do Grupo de Trabalho. **(Prazo prorrogado por mais cento e vinte dias, conforme Portaria MME nº 175, de 10 de maio de 2016)**

§ 3º Ao final das suas atividades, o Grupo de Trabalho deverá apresentar relatório final ao Ministro de Estado de Minas e Energia.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

SG

Indicação nº 1473/2017 - fls. 6/6

Portaria MME nº 538, de 15 de dezembro de 2015 - fl. 3

§ 4º O Grupo de Trabalho poderá convidar representantes de outros Órgãos, Associações ou Empresas quando for necessário ao desenvolvimento dos trabalhos.

§ 5º As ações a serem desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho deverão incluir o estudo de mecanismo simplificado para a comercialização de geração distribuída no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

§ 6º As despesas relacionadas à participação dos representantes e convidados correrão a conta de dotações orçamentárias das respectivas organizações que representam.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BRAGA

Este texto não substitui o publicado no DOU de 16.12.2015.